

### Entrevista sobre literatura proletária

*Interview about Proletarian Literature*

Autoria: Gabriela Lopes de Azevedo

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0836-1439>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6552266219284277>

Autoria: Rafael Bonavina

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9669-7708>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2662388651397242>

Autoria: Tiago Salomon Bezerra Mouallem

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2784-8354>

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2843918454940852>

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.212914>

URL do artigo: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/212914>

Recebido em: 07/06/2023. Aprovado em: 29/06/2023.

---

### Opiniões – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira

São Paulo, Ano 12, n. 22, jan.-jun., 2023.

E-ISSN: 2525-8133

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Website: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes>.

Contato: [opiniaes@usp.br](mailto:opiniaes@usp.br)

 [fb.com/opiniaes](https://fb.com/opiniaes)       [@revista.opiniaes](https://instagram.com/revista.opiniaes)

---

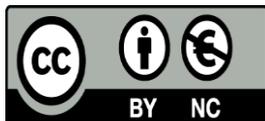
### Como citar (ABNT)

AZEVEDO, Gabriela Lopes de.; BONAVINA, Rafael.; MOUALLEM, Tiago Salomon Bezerra. Entrevista sobre literatura proletária. *Opiniões*, São Paulo, n. 22, pp. 292-308, 2023.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.212914>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/212914>.

---

### Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)



Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais.

---

# entrevista sobre literatura proletária

Interview about Proletarian Literature

**Gabriela Lopes de Azevedo**<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo – USP

**Rafael Bonavina**<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo – USP

**Tiago Salomon Bezerra Mouallem**<sup>3</sup>

Universidade de São Paulo – USP

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2023.212914>.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras (Português e Francês) pela Universidade de São Paulo e pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV). Doutoranda (doutorado direto) em Literatura Brasileira pela FFLCH/USP. Sua pesquisa focaliza a lírica da cidade nas obras de Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Luís Aranha e Sérgio Milliet pela qual recebe apoio da FAPESP. E-mail: [gabriela.azevedo@usp.br](mailto:gabriela.azevedo@usp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0836-1439>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6552266219284277>.

<sup>2</sup> Rafael Bonavina é graduado em Letras, com dupla habilitação em Português e Russo, pela FFLCH/USP. Atualmente desenvolve uma pesquisa de mestrado no Programa de Literatura Brasileira, centrada na obra de Mário de Andrade, pela qual recebe apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [rafaelbonavina@gmail.com](mailto:rafaelbonavina@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9669-7708>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2662388651397242>.

<sup>3</sup> Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Bacharel e licenciado em Letras (Português e Espanhol) pela mesma instituição. Em sua dissertação estudou o romance *Cacau* (1933), de Jorge Amado, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente desenvolve pesquisa cujas áreas de interesse são: Jorge Amado, modernismo, prosa no Brasil, literatura e sociedade. E-mail: [tiago.mouallem@gmail.com](mailto:tiago.mouallem@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2784-8354>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2843918454940852>.

### **Resumo**

Quatro professores-pesquisadores respondem perguntas que procuraram debater as definições e impasses históricos da chamada literatura proletária, além de dimensionar tal estética na representação mais ampla dos trabalhadores dentro literatura brasileira, considerando as especificidades histórico-geográficas nacionais. Além disso, a entrevista intenta oferecer a novos pesquisadores caminhos e bibliografia para pesquisas que abordem ou tangenciam a estética proletária.

### **Palavras-chave**

Literatura proletária. Trabalho urbano. Romance de 1930.

### **Abstract**

Four teacher-researchers answer questions that seek to discuss the definitions and historical impasses of the so-called proletarian literature, in addition to dimensioning such aesthetics in the wider representation of workers within Brazilian literature, considering the national historical-geographical specificities. Furthermore, the interview intends to offer to new researchers paths and bibliography for researches that approach or touch upon proletarian aesthetics.

### **Keywords**

Proletarian Literature. Urban Work. 1930 Novel.

## introdução

Dado os 90 anos de publicação de *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, e de *Cacau*, de Jorge Amado, essa entrevista foi pensada para constituir um material de apoio e estudo sobre a literatura proletária, estética à qual se vincularam declaradamente os dois romances aniversariantes. Visto que o presente dossiê temático da revista *Opiniões – Revista dos alunos de literatura brasileira* convida a discussões em torno das representações dos trabalhadores urbanos na literatura brasileira, espera-se que essa entrevista possa colaborar com tal intuito oferecendo bibliografia, caminhos, *insights* para os futuros estudos sobre o tema. Dentro dela, as narrativas roubam a cena, sobretudo aquelas conhecidas como “romances de 1930”, como as próprias obras de Pagu e Jorge Amado. Contudo, vale dizer que a estética proletária não se restringe a eles, podendo comportar filmes, peças de teatro, música, poemas, pinturas etc. Deseja-se que a discussão aqui construída possa também estimular e alimentar futuros trabalhos que se aventurem por todos os tipos de obras que bebem ou tangenciam tais questões estéticas.

Formularam-se perguntas tanto para introduzir alguns conceitos da chamada literatura proletária para aqueles que não conhecem suas especificidades e definições, quanto perguntas que tocassem em cernes problemáticos do debate e seus desdobramentos para aqueles pesquisadores já mais inteirados. Os autores esperam que a entrevista, para além de refletir convergências e divergências possíveis em torno do tema, venha deslindar dúvidas ou, melhor ainda, colocá-las, para que mais pesquisas se debrucem sobre diversas obras profícuas aqui citadas.

As perguntas foram propostas e respondidas por escrito separadamente pelos convidados, que são, por sua vez, professores e pesquisadores de instituições e gerações diversas, cujos trabalhos dialogam de diferentes maneiras com as investigações sobre o tema. Ao final da entrevista, há uma pequena biografia de cada um dos entrevistados.

Uni-vos, leitores, e bom debate!

**Opiniões — Ao longo do tempo, estabeleceram-se várias noções sobre literatura proletária, mas existe um conjunto de elementos que permitem a identificação de um estilo comum. Nesse sentido, quais são as potencialidades e os limites das produções organizadas por essa estética?**

**Daniel Bonomo** — Seria importante conhecer esses elementos e verificar se há um “estilo comum” mesmo ou se a variedade de estilo exerce aqui um papel relevante também. Nesse sentido talvez seja preciso distinguir num primeiro momento, no contexto brasileiro, entre uma literatura proletária que se definiu como tal no início da década de 1930, e que se associa, em consequência, ao conjunto das tendências do romance da época, e uma literatura propriamente ligada às circunstâncias das instituições que já compunham antes disso um movimento operário diversificado e que faz recuar assim aos fins do século XIX. Exemplos do primeiro caso são narrativas como *O Gororoba* (1931), de Lauro

Palhano, *Parque Industrial* (1933), de Patrícia Galvão, ou *Cacau* (1933), de Jorge Amado. No segundo caso, podem ser lembradas como exemplo duas antologias, a de poemas operários organizada por Bernardo Kocher e Eulalia Lahmeyer Lobo (Marco Zero; Ed. UFRJ, 1987), e a com uma porção de narrativas curtas reunidas sob o título de *Contos anarquistas*, organizada por Antonio Arnoni Prado, Francisco Foot Hardman e Claudia Leal (Martins Fontes, 2011). Nos dois casos, a não ser que as potencialidades aí não ultrapassem a evidência literária da exploração do trabalho no capitalismo, a força desse tipo de literatura depende da forma como se enuncia em plano simbólico a pauta de preocupações comuns ao pensamento e à luta de esquerda. Nem mesmo a exigência de clareza para comunicar a “mensagem” deve impor limitação aos recursos construtivos. Nesse sentido os limites dessa estética, no meu modo de ver, parecem estar na previsibilidade dos pontos de chegada, principalmente se eles prescreverem um arranjo didático convencional e a diminuição das ambiguidades e contradições nos textos.

**Fabio Cesar Alves** — Embora o conceito tenha sofrido transformações significativas ao longo dos anos 1920 e 1930, a prática de uma literatura proletária, como a de Gold ou dos Passos, tem o mérito de revelar, de um lado, o universo do trabalho, e de outro, o lugar social do ponto de vista ficcionalmente construído. Essa relação não é simples, pois pressupõe um jogo de negaceios e tensões bastante produtivo esteticamente. O perigo, como se sabe, é o de manietar a criação em nome do que deveria ou não ser escrito, segundo os ditames de uma suposta “literatura proletária” – e, nesse sentido, a corrente foi um prato cheio para o stalinismo, que criou a partir dela o seu próprio “realismo”, em um molde narrativo bastante tosco e dogmático se comparado às narrativas experimentais dos anos 1920, herdeiras da Proletkult.

**Fernando Gil** — Antes de tudo, é bom considerar que todas as noções digamos classificatórias (embora fundamental, afinal, todo o conceito é a tentativa de compreensão de determinado fenômeno) são limitadas, e temos também que levar em conta o lugar histórico e social do que o conceito descreve e procura compreender. Ou, como se diz na academia, a historicidade do objeto. No caso da literatura, e mais especificamente na área dos estudos de literatura brasileira (mas creio que o problema do lugar dos conceitos é ou talvez tenha sido uma discussão sempre presente nos estudos dos problemas brasileiros, nas áreas que denominamos de ciências humanas), a questão dos conceitos sempre foi um ponto central, ou deveria ser, pois, como se sabe, barroco, arcadismo, romantismo, naturalismo e outros foram forjados em contextos históricos bem diversos ao nosso e se tornaram noções quase que “universais” para explicar boa parte da chamada “literatura ocidental”. E a rigor até hoje a literatura brasileira continua sendo estudada, sobretudo ensinada, tendo como base esses conceitos que pouco dizem respeito do funcionamento e da dinâmica do nosso sistema literário. Feitas essas observações, talvez o mesmo cuidado devamos ter sobre a existência de uma literatura proletária no Brasil. Claro que em abstrato e de um modo geral podemos falar que existiu uma literatura proletária no Brasil, na Inglaterra ou na Rússia, que poderia ter como centro de interesse a representação das classes trabalhadoras da cidade e do campo, que tendia a compreender a literatura não

somente como representação dessa classe, mas sobretudo como instrumento de intervenção e transformação da vida política e social etc. No entanto, focar a questão com esse grau de generalidade pode ser um risco ao nos fazer entender muito pouco das complexas relações a literatura e a sociedade.

**Humberto Hermenegildo de Araújo** — A matriz do que se pode considerar um “estilo comum” da chamada literatura proletária está na categoria do particular como centro de uma estética marxista, nos estudos de Lukács. Essa matriz teórica expõe as potencialidades do realismo, mas considerou também os seus limites formais, uma vez que o estilo não é o único elemento a revelar a constituição de uma obra como produto máximo, literário, de uma necessidade histórica. Interessa igualmente, aos estudos sobre essa literatura, a perspectiva sobre a realidade, a posição do narrador e do escritor diante dela. Arriscaria dizer que a estética não implica exclusivamente o estilo como forma, mas também um posicionamento social de quem produz tal forma. Esclarecedor neste sentido é o ensaio “Sobre a atual posição do escritor francês”, de Walter Benjamin, que analisa a função do intelectual escritor na sociedade e opõe a literatura proletária à beletrística burguesa. Contudo, esclarece ele, ocorre de o intelectual mimetizar a existência proletária sem estar, por isso, minimamente ligado à classe operária. Diante de tal fato, pergunta o ensaísta: “Será que há uma escritura realmente revolucionária sem caráter didático?”<sup>4</sup>. A posição social do escritor não implica, necessariamente, didatismo. A consciência da técnica parece ser o essencial, para o escritor. Cito mais uma vez Benjamin, que conclui o seu ensaio com uma avaliação sobre os surrealistas: “colocaram o intelectual, enquanto técnico, no seu devido lugar, reconhecendo ao proletariado o direito de dispor dessa sua técnica, pois só este está direcionado para o posicionamento mais avançado que eles intencionam” (BENJAMIN, 1985, p. 185). Nesta concepção, verifica-se que caberia aos conformistas, apenas, descrever os pobres, tomando emprestado a Balzac o estilo que surgiu do procedimento da descrição nos romances do grande escritor como uma forma de desconstrução épica. Já os escritores revolucionários de origem burguesa são apontados por Aragon, segundo ainda Benjamin, como traidores de sua classe de origem. No que diz respeito ao “romance da classe trabalhadora”, temos uma problematização apontada por Raymond Williams, com base na atribuição de limitações pela primazia do social sobre a experiência humana geral que está na base da tradição ficcional burguesa. Tal limitação implicaria uma marginalidade do romance proletário que, no entanto, é valorizado nos movimentos trabalhistas e socialistas justamente por declarar “a sua identidade dessa forma”<sup>5</sup>. Isto significa que, historicamente, há certa dificuldade, por parte de escritores da classe trabalhadora, no ato de inclusão de elementos

---

<sup>4</sup> Cf. “Sobre a atual posição social do escritor francês”, tradução de Flávio R. Kothe. BENJAMIN, Walter. Sociologia. São Paulo: Ática, 1985. pp. 165-186. O ensaio seguinte, “O autor como produtor” (pp. 187-201) dá continuidade à análise apontada e arremata: “a cadeia de raciocínios que estamos prestes a concluir só apresenta *uma* exigência para o escritor, a exigência de *repensar*, de refletir sobre a sua própria posição no processo de produção. [...] essa reflexão leva, nos escritores que realmente *importam*, isto é, nos melhores técnicos de sua especialidade, mais cedo ou mais tarde a constatações que fundamentam, da maneira mais sóbria e sensata, a sua solidariedade com o proletariado.” (BENJAMIN, 1985, p. 200, grifos do autor).

<sup>5</sup> WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Tradução de André Glasser. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 304.

substanciais da experiência dessa classe na escrita do gênero romance, cuja tradição é burguesa. Williams constata, inclusive, que muitos escritores da classe trabalhadora, no século XIX, não foram romancistas e sim escritores dedicados à autobiografia e às memórias, ou à poesia popular. O grande desafio parece ser, do ponto de vista histórico, como materializar as relações de classe na ficção. E na atualidade, em situação extremamente limitadora, torna-se um desafio extraordinário, a não ser que a narrativa ocorra em modo retrospectivo ou residual. Para resumir a resposta, diríamos que um “estilo comum” da literatura proletária seria aquele que resultou da apropriação dos estilos da tradição e que, igualmente, surgiu das tentativas de materializar as relações de classe na literatura, graças ao posicionamento social do escritor.

**Opiniões — Pensando na desenvoltura da literatura brasileira ao longo do tempo, especialmente aquela produzida durante o século XX, quando a representação do trabalhador teve maior espaço, qual seria a dimensão da literatura proletária nesse sistema?**

**Daniel Bonomo** — No seu conjunto e como um gênero particular e autônomo não creio que se deva exagerar a importância da literatura proletária no sistema da literatura brasileira. Aliás a ideia de “sistema” aproveitada da *Formação da literatura brasileira* implica de algum modo unidades de processo e valores determinados, que não parecem admitir sem um considerável esforço a integração de uma literatura propriamente proletária. Ao mesmo tempo, a noção de sistema sugere pensar sua transformação e manutenção contínuas. Assim, não será pequeno na permanência e fixação desse sistema o papel do chamado “romance proletário” ou “neonaturalista” (o termo acentua a presença de uma tradição) da década de 1930. Agora, interessante, me parece, é *abrir* o sistema, por um lado, às relações que ele talvez possa manter com produções não previstas em seu conceito primeiro, e, por outro lado, perceber como a representação do tema da exploração pelo trabalho excede o campo da literatura proletária e ainda ganha relevância ao dialogar com ela. Por exemplo, no momento histórico do romance proletário dos anos 1930, um dos episódios ficcionais memoráveis nesse sentido está em *S. Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, no capítulo XI. A cena é curta, com Luís Padilha “desenvolvendo umas teorias” ou, mudando o ponto de vista, “discursando para Marciano e Casimiro Lopes”, e logo surpreendido por Paulo Honório, que estoura primeiro, depois decide conversar, mas se atrapalha nos argumentos e estoura de novo. É uma cena curta e absolutamente completa, mas no contexto de sua recepção primeira, como mostra o estudo de Luís Bueno, *Uma história do romance de 30*, o texto de Graciliano Ramos não correspondeu sempre às expectativas dos que gostariam de ver mais ostensivamente representados os oprimidos.

**Fabio Cesar Alves** — Pensar em “literatura proletária” *à la lettre* no Brasil é quase uma aberração, haja vista o processo de industrialização tardia e a onipresença da escravidão, que atravessou o imaginário de nossos maiores escritores. O que houve foram manifestações pontuais, ainda no século XIX, certa produção ligada ao anarcossindicalismo e algum esforço dos modernistas em

adentrar esse universo, especialmente a partir dos anos 1930. Indo direto ao ponto, o sistema escravista desloca o foco dos escritores do chão de fábrica para o eito, o que tem consequências notáveis. E mesmo quando tratam do universo fabril, a representação parece atender a dois sistemas distintos, que entretanto se combinam despididamente.

**Fernando Gil** — Neste ponto, podemos especificar aspectos do problema para não cair na armadilha a que havia me referido anteriormente, na primeira pergunta. Se o conceito de literatura proletária tem alguma pertinência na literatura brasileira – e creio que teve num momento particular –, ele somente pode ter alguma vigência explicativa a partir do século XX. A ideia de literatura proletária pressupõe algum grau de existência, senão de dominância, de uma economia de mercado capitalista, de relações sociais de trabalho capitalista na cidade e no campo. Portanto, que se tenha algum nível de assalariamento das classes trabalhadoras. Como se sabe, a sociedade brasileira conviveu com mais de três séculos de escravidão de indígenas e de negros. À escravidão, como demonstra a nossa historiografia mais recente, articularam-se outras formas de relações sociais e de produção não escravistas, produtoras de riquezas, vinculadas muitas vezes à economia agroexportadora, mas não capitalista no sentido moderno e estrito do termo. Nesse sentido, antes do século XX não podia haver literatura proletária no Brasil porque não havia classe proletária, no sentido em que existia, por exemplo, na Inglaterra, do indivíduo que tem como único fator a oferecer ao mercado a sua força de trabalho como forma de sobreviver, se reproduzir. O que não quer dizer que não houvesse literatura, em sentido amplo, desses grupos sociais dominados. Claro que havia: uma literatura, uma cultura que era maciçamente oral, “sertaneja”, afro-brasileira, mestiça, de sujeitos não expostos ao processo de letramento, como se diria hoje em dia. Parece um tanto acaciano isso que estou dizendo, mas é bom que se diga e mesmo assim não se diz tudo: penso que a gente somente pode começar a pensar numa literatura proletária no Brasil quando de fato passa a existir alguma coisa que possa se chamar de classe operária, classe trabalhadora no sentido capitalista que mencionei acima. Eu definiria a gestação desse processo, para se estabelecer algum marco histórico, a primeira década do século XX, atravessando os anos 30, no qual talvez se situaria o seu ponto culminante. O grau zero se liga, provavelmente, ao processo imigração de mão de obra da Europa com alguma formação e experiência de militância anarquista e socialista. Com essa mão de obra imigrante e o esboço da emergência de uma classe operária, sobretudo urbana, toma algum corpo os ideais e as formas de pensamento libertário e emancipador de tendência anarquista, socialista e comunista, que entravam por aqui à época. A sua força e vigência sociais vão ser restritas, porque restrita também é a constituição dessa classe operária na sociedade brasileira. Penso que ela toma algum vulto literário e cultural, inicialmente, nas formas coletivas de literatura a que associava formas diretas ou indiretas de participação como no teatro, com destaque para São Paulo onde a onda imigratória era mais intensa e esses ideais foram mais vocalizados, como também no Rio. A primeira como polo industrial-urbano, que vai se tornando relevante, já dominando há tempos a economia agroexportadora; a outra, por ser há mais de um século o centro político, administrativo e cultural do país, quando já tinha sido também econômico. Mas é nos anos trinta que a ideia de uma

literatura proletária vai se constituir como aspiração, horizonte consciente e prática literária, com discussão pública, embates e obras. Isso, sejamos claro, para falar da literatura literária, ou seja, da literatura escrita, que precisava de um leitor que dominasse os códigos de leitura. É no chamado romance de 30, e, no interior dele, daquilo que um tanto imprecisamente se passou a chamar de romance social, que se situa o período de ouro de algo que se pode denominar de literatura proletária. Com a com a maior complexidade da sociedade brasileira, o que significou incremento do espaço urbano-industrial, maior diversidade social e divisão social do trabalho mais complexa, (embora, não nos esqueçamos, nos anos 30 mais de 70% da população brasileira vivia no campo e o número de alfabetizados girava em torno de um pouco mais de 30% da população), a literatura proletária entra na disputa do campo literária não somente falando da urgência de fazer representar os setores *de baixo*, dominados, para além da classe trabalhadora, como também da necessidade que a literatura se torne um veículo de transformação do mundo burguês e de seus valores. Isso tudo num contexto de radicalização política e ideológica tanto no plano internacional quanto nacional, com a crise dos regimes liberais, emergência dos regimes nazifascistas na Europa e com a força do pensamento socialista e comunista emanada da experiência social europeia e, nesse momento, encarnada na experiência da revolução de um só país, a União Soviética. Toda essa agitação leva parte dos nossos escritores ao engajamento à esquerda e à direita. Detendo-nos no campo da esquerda, que é o que nos interessa aqui, o surgimento de romances como *Cacau* (1933), de Jorge Amado, *Os Corumbas* (1933), de Amando Fontes, *Parque industrial*, da Pagu, e mesmo antes *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, de forma diversa e com posições sociais da linguagem bem diferentes entre si, demarca algo dos traços dessa literatura proletária. Quando disse que falar em literatura proletária não diz tudo, queria me referir também ao fato de que boa parte dessa literatura dos anos 30, embora escrita por autores que pudessem militar à esquerda, muitos no Partido Comunista Brasileiro que havia surgido em 1922 ou que haveriam de se ligar a ele a diante – boa parte dessa literatura, dizia, era produzida por letrados para a classe operária, ao menos virtualmente. Ou seja, o emissor, o produtor desses romances não era a própria classe proletária que escrevia para ela e para além dela. Também não era escrita por escritores que tivessem uma experiência estreita com uma cultura proletária urbana ou rural em circulação, pois mesmo a existência dessa cultura operária era muito rarefeita entre nós, dada a fraqueza estrutural do capitalismo brasileiro, à época. Este é um ponto muito pouco considerado nos estudos sobre o tema, mas central, me parece, para compreender a natureza específica dessa literatura por aqui.

**Humberto Hermenegildo de Araújo** — A dimensão da literatura proletária no sistema literário brasileiro é limitada pela problemática apontada por Raymond Williams, referenciada na resposta à pergunta anterior, se considerarmos a sua adaptação ao contexto local. No século XX, o romance do Nordeste respondeu à questão de forma bastante problemática. Naquele momento, os centros de poder sofriam grande impacto das demandas rurais, as quais impunham limites à urbanização crescente. Em um país ainda agrário, a literatura proletária aparecia mais como um vislumbre, uma visão de futuro dentro da tradição. A partida para a cidade, em várias narrativas do período, simboliza tal vislumbre. Em tal situação,

como o escritor, tendo como meio de expressão o romance, poderia dar voz ao trabalhador? O caso de Graciliano Ramos, como autor de *Vidas Secas*, é emblemático pela ausência da voz (discurso direto), pela consciência do autor no que se refere ao silêncio das personagens como um procedimento decisivo sobre o ponto de vista do narrador, pela movimentação das personagens no espaço da narrativa (com um desenlace em direção à cidade). Mas o trabalhador, como figura subalterna na sociedade, ganha corpo nas representações modernistas, pela via do desrecalque<sup>6</sup>, seja como personagem secundária em romances, seja em outros gêneros (como objeto de poetização, como sujeito singularizado pela voz lírica). Para além dos casos evidentes de representação do trabalhador, a exemplo de *Cacau* (1933), de Jorge Amado, temos casos de aparente omissão da voz do sujeito, sob forte tensão revelada pelo ponto de vista do narrador, com destaque para *Vidas Secas*. Mais adiante, ainda no século XX e localizadas na tensa zona de representação do trabalhador por meio de recursos da tradição ficcional burguesa, em espaço urbano, podemos destacar as narrativas de Clarice Lispector e de Dalton Trevisan – em *A hora da estrela* (1977) e em *A polaquinha* (1985) –, marcadas exclusivamente pela movimentação de personagens subalternas na geografia urbana. São personagens apresentadas por autores externos ao mundo proletário, mas solidários a ele pela via da humanização. Personagens que não pertencem estritamente a ambientes fabris são incorporados, contudo, ao ambiente do trabalho urbano: trabalhador da construção civil, motorista de ônibus, prestadoras de serviços como Macabéa e Polaquinha. Especialmente as mulheres, nessas representações, protagonizam ações que lhes trazem dores, sofrimentos, em meio a uma profunda alienação, praticamente, irreversível. O uso de procedimentos ficcionais tomados à ficção dita burguesa e a recepção qualificada de leitores levou essas produções ao cânone nacional, o que pode ser avaliado como um avanço considerável da leitura e da literatura no contexto de uma sociedade ainda dominada pela ditadura militar. Tal configuração literária deve-se também, em parte, ao “princípio da causalidade interna”, fenômeno identificado por Antonio Candido<sup>7</sup> ao examinar a literatura posterior ao modernismo, cujas produções foram largamente alimentadas por aquele movimento. Neste sentido, a representação do trabalhador na moderna literatura brasileira tem uma referência no romance dos anos 1930, que é muito bem estudado por Luís Bueno em *Uma história do romance de 30*<sup>8</sup>.

**Opiniões — Na sua opinião, quais são os principais pontos de contato entre as representações do trabalho escravo e do trabalho operário para a compreensão da imagem da classe trabalhadora na literatura brasileira?**

**Daniel Bonomo** — São realidades próprias, a do trabalho escravo e a do trabalho proletariado, e além disso cada representação, cada título literário de algum modo

<sup>6</sup> Afirma Antonio Candido em “Literatura e cultura de 1900 a 1945” (In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980): “Ao lado do problema de aceitação (poder-se-ia até dizer redenção) destas componentes recalçadas da nacionalidade, colocava-se de modo indissolúvel o problema da sua expressão literária”. (CANDIDO, 1980, p. 120)

<sup>7</sup> Cf. “Literatura e subdesenvolvimento” (In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000. pp. 140-162).

<sup>8</sup> São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas; Editora da Unicamp, 2006.

terá sua especificidade a esse respeito. Mas, em linhas gerais, é possível dizer que no Brasil essas duas realidades não só se aproximam no tempo, mas também como avesso ou contrapartida para a permanência em diferentes épocas da divisão entre os que possuem e os despossuídos, pobres ou miseráveis. Na literatura os exemplos são inúmeros e variados, dos seringueiros retratados em *À Margem da História*, de Euclides da Cunha, passando pela rotina de catadora de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo*, até o recente sucesso de público de Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, que, por sinal, trouxe de volta à ficção brasileira não só onça e buriti, mas uma personagem característica da literatura proletária: o sujeito que se conscientiza e mobiliza na comunidade uma reação à injustiça. Não se pode esquecer aqui o modelo de Jorge Amado em *Jubiabá*, do herói descendente de escravizados que se conscientiza e vai à luta, renascido como líder operário. Os modelos são atualizáveis e seguem disponíveis a adaptações e transformações qualitativas também. Se já não existem, devem aparecer ainda em algum momento narrativas sobre youtubers e camgirls, motoristas e entregadores de aplicativo, ou outra moderníssima forma de sujeição.

**Fabio Cesar Alves** — Os pontos de contato são todos, porque, como sabemos, a escravidão é o nosso *trabalho por excelência*: foram 300 anos contra 90, se tanto, de industrialização, aliás cada vez menos significativa no mundo do trabalho precarizado. Portanto, a meu ver, em termos de literatura brasileira, pensar uma coisa pressupõe a outra, obrigatoriamente.

**Fernando Gil** — Vou responder de forma paradoxal ou meio *nonsense*. Penso que o ponto comum entre essas formas representações é a sua ausência na literatura brasileira. A nossa literatura é rica na ausência de todas as formas de trabalho, e também rica na ausência de outro correlato que são as formas de produção da riqueza e da presença do dinheiro. Há poucos, *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, como nos mostrou Antonio Candido no seu ensaio de “Cortiço a Cortiço”, ou *Quincas Borba*, de Machado de Assis, que mostra o enriquecimento à brasileira, na forma da rapinagem mais barata. Outro ponto comum é que as possíveis imagens desses grupos e do seu mundo, nas raras aparições na literatura brasileira no século XIX até os anos 90 do século XX, foram sempre forjadas, em boa parte, por setores médios letrados. Por várias razões, algumas já mencionamos nas respostas anteriores, escravos e trabalhadores nunca foram sujeitos de discurso que tivesse força e visibilidade do ponto de vista da literatura literária. Refiro-me a esse segmento específico da linguagem social, pois afinal esses grupos não existiam num vazio cultural, de linguagem, como até hoje parte da crítica nos faz crer. A evidência é que o jogo mudou da última década do século XX para cá, mas claro que já não se trata de literatura operária, nem muito menos escravista, mas de vozes da periferia que se tornam donos de sua própria voz, sem a intermediação do escritor literário e sem mais classe operária como horizonte social, uma vez destituída de sua relevância social e histórica, no mundo da produção informatizada e digitalizada. Ferréz, Paulo Lins e José Falero, em âmbitos diferentes, representam este processo, que já é também outra conversa.

**Humberto Hermenegildo de Araújo** — Os dois tipos de trabalho aparecem, historicamente, como um desafio para as suas representações, porque os escritores

são, geralmente, externos à classe trabalhadora e enfrentam, portanto, dificuldades no que diz respeito à autenticidade da ficção, o que se revela com mais intensidade no ponto de vista do narrador e no discurso das personagens. Como trazer à tona a voz daquele que é silenciado na sociedade? Que forma de expressão é adequada, no suporte disponível, para essa voz e sua perspectiva diante da exploração? Como tornar ostensiva a consciência da exploração, o desejo de emancipação e, sobretudo, como simbolizar uma luta? Como sabemos, as marcas ideológicas do trabalho escravo foram incrustadas nas relações sociais brasileiras, de modo a gerar uma visão depreciativa da pobreza e do trabalho. Tais marcas foram construídas ainda no período formativo da sociedade, quando a lógica capitalista da época era combinada à exploração pré-capitalista dos trabalhadores. Tal situação, segregadora, é descrita por Roberto Schwarz, que arremata: “Não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo do escravo, os homens pobres pisam terreno escorregadio: se não trabalham, são desclassificados, e se trabalham, só por muito favor são pagos ou reconhecidos”<sup>9</sup>. Especialmente no mundo rural, após a abolição da escravatura, o trabalhador continuou a ser explorado como se fosse um animal, sem qualquer direito. Este foi o ponto de partida, do ponto de vista das relações sociais, de uma sociedade que se industrializava em contexto de desigualdade. Em terreno urbano, as marcas ideológicas do passado, ainda atuantes, sofreram o impacto das novas formas de exploração, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos do trabalhador. A imagem da classe trabalhadora na literatura brasileira é, portanto, reveladora de tensões, das quais se alimenta e não pode prescindir, sob o risco de inautenticidade e artificialismo. O silêncio, o rebaixamento, o desvalimento, a sensação de incapacidade nos enfrentamentos são marcas de uma opressão que vem à tona do texto, seja de forma ostensiva, seja de modo sutil, por meio do discurso narrativo. Mais do que resíduos, as representações do trabalho escravo permanecem de forma estruturante na imagem da classe trabalhadora, em cujo espelho se refletem a pobreza e a miséria das populações periféricas. Exemplifico a situação com a imagem do homem de rua espancado pelo sócio do Country Club do Rio de Janeiro, no romance *Essa gente* (2019), de Chico Buarque. A solidariedade do narrador, revelada na descrição da cena absurda, chega a um leitor cuja contemporaneidade é por demais heterogênea: ele é cidadão de uma sociedade esdrúxula, na qual convivem e se enfrentam a urbanidade e a barbárie que ameaça a sobrevivência da humanidade. A depender da sua posição política, o leitor poderá ou não compreender a cena descrita como uma imagem da classe trabalhadora de seu país. Por isso, somente o avanço da prática da leitura, na sociedade, poderá trazer esperança para um encontro entre a visão do autor e a recepção do leitor.

### **Opiniões — Ao comentar o romance regionalista, Antonio Candido fala de certa potência “humanizadora” ou “alienadora” que a linguagem pode**

---

<sup>9</sup> O arremate referido está na conclusão do seguinte trecho de *Um mestre na periferia do capitalismo - Machado de Assis* (São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 99): “A referência europeia e moderna leva a gente de bem a torcer o nariz ante a indolência popular, ao passo que o embasamento servil da economia permite, sempre que oportuno, desconsiderar o serviço prestado pelas pessoas pobres. A situação destas define-se completamente, e o que é margem de escolha para os ricos - dois pesos e duas medidas -, para o indivíduos sem posses é falta de garantia.”

**exercer na elaboração literária. Levando tal debate para as produções de estética proletária, como você avalia essa tensão?**

**Daniel Bonomo** — Antonio Candido fez reconhecer aí um princípio fundamental da criação literária, cujo bom resultado não se mede pela verificação de um realismo ou pela reprimenda de um idealismo, mas pela força da “estilização”, para usar um termo do próprio crítico. Dito de outro modo, literatura é construção e o artifício da elaboração não é em si mesmo um estorvo, antes pelo contrário, o seu domínio favorece os processos de representação mais apurados. No âmbito da literatura regionalista é admirável a solução de Guimarães Rosa, que produz um efeito de proximidade com o jagunço e seu universo particular, por exemplo, ao investir pesado no artifício. Agora, naturalmente as intenções do que se generaliza aqui como literatura proletária são diversas, e é necessário reconhecer que o teor de ambição artística presente em uma narrativa breve e exemplar estampada em algum periódico libertário do início do século XX não é o mesmo que o visível em um romance publicado na década de 1930 pela editora José Olympio. As coisas têm seu contexto discursivo também.

**Fabio Cesar Alves** — A linguagem é expressão da ideologia, isto é, de seu tratamento decorre uma visão mais, ou menos, íntegra da realidade e do outro. Em termos de literatura proletária, a linguagem pode reiterar a divisão de classes; pode demagogicamente irmanar-se ao trabalhador, quando o escritor tenta ser aquilo que não é; ou, de forma mais profunda, a linguagem literária pode timbrar uma tonalidade que diga respeito tanto ao observador como ao observado, o que parece a melhor solução.

**Fernando Gil** — Falar na possibilidade de uma estética proletária hoje em dia me parece sem lugar, uma vez que as condições materiais e de classe fizeram desaparecer ou ao menos deslocaram de forma radical as condições de produção de uma literatura proletária. Sumiram tanto a figura do escritor engajado, das classes baixas relacionadas às formas de trabalhos várias, ainda que precarizadas, e, mais, saiu de cena também a energia das ideias e do pensamento socialista radical transformador. Ao longo do tempo, as vozes se fragmentaram porque a sociedade também se fragmentou, ao mesmo tempo em que se tornou mais diversa e múltipla com entrada em cena de vozes das periféricas, marginais, subalternas ou de minorias, conforme se situe o problema e o ponto de vista. Isso se deu em decorrência, entre outras razões, pelo letramento expressivo de setores que estavam à margem desse processo. Hoje legitimada, ao menos em parte, pelas lutas identitárias. Parte da polêmica que constitui os debates das esquerdas hoje, no Brasil, passa por aí.

**Humberto Hermenegildo de Araújo** — O romance regionalista e a literatura proletária enfrentam problemas semelhantes, se considerarmos as limitações dos dois registros, cujos referenciais apontam para marcações geográficas, culturais, sociais e linguísticas que podem ser atreladas a determinados clichês bloqueadores do esclarecimento e do prazer estético. Tais clichês podem ser vistos como potencialmente alienantes. Assim, o aspecto exótico e pitoresco do romance regionalista, com as marcações bairristas, com a aproximação forçada e artificial

de certos narradores urbanos incapazes de compartilhar o cotidiano das culturas regionais, dentre outros fatores vinculados a esses clichês, correspondem, de algum modo, aos limites a serem rompidos e ultrapassados pela estética proletária. O narrador urbano e letrado do romance regionalista enfrenta desafio semelhante ao intelectual que se dedica a escrever sobre os pobres e marginalizados em confluência com o mundo do trabalho. Trata-se, em suma, do ponto de vista do sujeito da escrita, da sua capacidade de representar o outro e potencializar, nessa representação, uma experiência. Da autenticidade deste procedimento resulta a função humanizadora da literatura. A linguagem, como bem demonstrou Adorno, surge como mediadora de todo o processo de elaboração literária e é nela que reside a tensão referida na pergunta. Quanto às terminologias dos registros - romance regionalista, literatura proletária -, vejo-os mais como registros históricos, sinalizadores de questões identitárias culturais e políticas, e menos como sinônimos de literatura menor. Somente a mediação da linguagem poderá fornecer a chave de leitura de tais registros literários. E se eles atingem de forma complexa, graças à elaboração estética, a função humanizadora da literatura, anulam-se as suas limitações e, inclusive, dissolve-se o preconceito de leitura historicamente construído sobre eles. Esse preconceito começou a ser enfraquecido no Brasil graças à permanência do próprio romance regionalista, nos anos 1930, quando os clichês foram substituídos pelo registro de vida do homem brasileiro, em seus aspectos mais difíceis, no espaço das regiões. Sob este ângulo, há uma aproximação entre romance regionalista e romance urbano de subúrbio, que poderiam ser lidos como romance social, revelador de situações de marginalidade - geográficas ou sociais - da realidade. O desafio para os autores desses registros parece ser um só: como falar do outro, como considerar a diferença entre o intelectual e o outro? Desse desafio surge a tensão exposta no procedimento formal. A literatura proletária tem como referencial a vida dos trabalhadores na sociedade de classes, mas somente a elaboração estética fornece a esse registro o passe para uma convivência com a chamada alta literatura, na constelação literária mundial, para onde devem convergir aquelas obras que atingem sua máxima significação como forma pertinente a um universo construído pelo conhecimento acumulado acerca do que se considera a elaboração literária.

**Opiniões — Por último, quais obras você considera fundamentais para os estudos que tratam da aclimatação brasileira da estética proletária?**

**Daniel Bonomo** — A estética proletária é um fenômeno internacional e por isso eu recomendaria a comparação do que se produziu no Brasil com o que se fez em cenários outros, em outras línguas, para pensar o caso local por semelhança e contraste. Sugiro nesse sentido a coletânea *Texte der proletarisch-revolutionären Literatur Deutschlands 1919-1933*, organizada por Günter Heintz (Reclam, 1980). Também sugiro incluir na mesma reflexão as canções feitas em diferentes contextos: uma coletânea como *Classic labor songs from Smithsonian Folkways*, que o trabalhador moderno, se quiser, pode ouvir no Spotify ou YouTube. Aliás, vale a pena conhecer a canção proletária dos Estados Unidos, e pensar como foi possível, por exemplo, a uma canção como “*Sixteen tons*”, que fala sobre as condições de trabalho nas minas de carvão e tem versos como “*I owe my soul to*

*the company store*”, atingir em meados dos anos 1950 o topo das paradas, onde ficou por semanas. No Brasil ela foi adaptada em samba-rock, na voz de Noriel Vilela, em 1971, sem o mesmo teor político. É interessante...

**Fabio Cesar Alves** — Os ensaios de interpretação do país, o nosso triunvirato fundamental – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr – , além de Florestan Fernandes, sempre. Em termos literários, Jorge Amado, Pagu e Amando Fontes são indispensáveis, sem desconsiderar os naturalistas, porque Aluísio Azevedo me parece a pré-história dessa história toda.

**Fernando Gil** — Eu destacaria alguns estudos que não são só diretamente relacionados à aclimação da estética proletária no Brasil, que imagino esteja ainda a pedir exame, mas que de alguma maneira fala *dos de baixo* na nossa literatura. Os dois ensaios seminais de Antonio Candido, o já mencionado “De cortiço a cortiço” e “Dialética da malandragem”; a coletânea de ensaios organizada por Roberto Schwarz na década de 80, *Os pobres na literatura brasileira*, e do mesmo autor o capítulo “A sorte dos pobres” que está em *Um mestre na periferia do capitalismo*, livro sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Também faço menção ao livro *Libertários no Brasil*, organizado pelo saudoso professor Antonio Arnoni Prado, e, por fim, o acalentado estudo do meu colega Luís Bueno, que em *Uma história do romance de 30* dedica um belo capítulo sobre o romance proletário.

**Humberto Hermenegildo de Araújo** — Para abranger a representação dos conflitos sociais, a estética proletária no Brasil deve contemplar situações de pobreza e miséria, com uma abrangência mais ampla do que, especificamente, o mundo fabril urbano ou mesmo o mundo do agronegócio. Assim, camponeses, vagabundos, mendigos e marginais, além de outros excluídos do que poderíamos chamar de núcleo duro do trabalho assalariado, têm muito a revelar sobre a lógica do capital. Não me arriscaria na enumeração de obras fundamentais, porque é possível também analisar obras que surpreendem com sutilezas e traços que revelam, tanto quanto aquelas mais ostensivas, a exploração e as lutas dos trabalhadores em determinado período histórico. Neste sentido, foi surpreendente, para a história do chamado romance de 30, a publicação de *Moleque Ricardo* (1935) por um autor que estava dentro do chamado ciclo da cana-de-açúcar. Tal exceção, na obra de José Lins do Rêgo, demonstra a força da dominante narrativa da época. Fundamental é a verificação das tendências de cada momento e como reagem a essas tendências as publicações. No caso do romance de 30, a representação do proletariado se deu, na linguagem, como um gesto de aproximação com o outro e como percepção crítica da situação problemática do país naquele momento. Já do ponto de vista da moral burguesa, pode ter surpreendido também, nos anos 1980, a publicação de *A Polaquinha*, cujo autor eliminou o “senso de imoralidade”, uma demanda tão cara a Jorge Amado no auge da sua produção literária. Para o desenvolvimento da pesquisa, o fundamental é a análise de procedimentos de escrita que possibilitam, com a mediação da linguagem, a representação dos conflitos sociais estruturados na própria narrativa ficcional. Neste ponto, continua atual o salto qualitativo dado por Graciliano Ramos, conforme a avaliação de Luís Bueno: “A simpatia humana que pode advir

desse tipo de narrativa não é aquela que Antonio Candido encontrou em Jorge Amado, de adesão e louvação ao proletário. [...] ela se revela na construção narrativa de uma autonomia que se traduz naquela ilusão provocada pelo discurso indireto livre, de que não há narrador ali [...] <sup>10</sup>. Finalmente, saindo do contexto dos anos 1930, podemos destacar, meio que aleatoriamente, alguns casos de representação da pobreza, da miséria e do desvalimento, que podem ser analisados a contrapelo da situação do assalariado no mercado de trabalho: as personagens de *A hora e vez de Augusto Matraga* (Guimarães Rosa, 1946), de *Inútil canto e inútil pranto pelos anjos caídos* (Plínio Marcos, 1977), de *Abraçado ao meu rancor* (João Antônio, 1986). Recentemente, *Torto Arado* (Itamar Vieira Júnior, 2018), até pelo fato de ser um livro premiado e com boa divulgação, reabriu o interesse pela representação dos trabalhadores do campo e pode ser visto como registro de um Brasil que sobrevive às margens da urbanidade, porém, inserido no mundo global. Eis aí um acontecimento editorial cujo desdobramento ainda está por acontecer.

---

<sup>10</sup> BUENO, op. cit., p. 274.

## sobre os entrevistados

**Daniel Bonomo** é professor de literatura brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais, membro integrado ao Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Universidade NOVA de Lisboa e editor na revista *Pandaemonium Germanicum*. Autor de *Impaciência do conhecimento: Aproximações aos Sonâmbulos de Hermann Broch* (2015) e coorganizador de *Aberto para balanço: Ensaios de revisão crítica do modernismo brasileiro* (2022).

**Fabio Cesar Alves** é professor de Literatura Brasileira da FFLCH/USP e autor de *Armas de papel: Graciliano Ramos, as Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro* (Editora 34, 2016). Mestre em Literatura Brasileira e doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH, fez o pós-doutorado na Université Sorbonne – Paris IV.

**Fernando Cerisara Gil** é professor titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Paraná, pesquisador do CNPq e doutor em Teoria Literária e História da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas. Publicou *A matéria rural e a formação do romance brasileiro: configurações do romance rural* (Appris, 2020), *O romance da urbanização* (UFG, 2014, 2 ed.), *Ensaios sobre a formação do romance brasileiro: uma antologia (1836-1901)* (UFPR, 2014) e *Do encantamento à apostasia: a poesia brasileira de 1880 a 1919* (UFPR, 2006).

**Humberto Hermenegildo de Araújo** é professor titular, aposentado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui mestrado em Teoria e História Literárias (UNICAMP), doutorado em Literatura Brasileira (UFPB) e estágio de pós-doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada (FFLCH/USP). Autor dos livros *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte* (1995); *O lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes* (1997), *Asas de Sófia: ensaios cascudianos* (1998), além do romance *Rastejo* (2017) e do livro de poemas *Argueirinha* (2017), vencedor do Prêmio de Poesia, Editora da UFG. É membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.